

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,  
Exmo. Senhor Presidente do Governo,  
Exma. Senhora e Senhores Membros do Governo,  
Exmas. Senhoras e Senhores Deputados,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Começo por expressar a todos as senhoras e senhores deputados recentemente empossados, os maiores sucessos e o desejo de que, com o Vosso trabalho e contributo, possamos, em conjunto, concretizar o Programa de Governo.

A Madeira, pela sua história, diversidade e dimensão arquipelágica pode e deve constituir-se como um **Modelo Europeu de Conservação da Natureza**.

É opinião unânime que a nossa **paisagem** possui uma **qualidade cénica extraordinária**, com valores geológicos, biológicos e ecológicos únicos. Não obstante esse reconhecimento, a Região precisa de reforçar políticas que, para além de preservarem o valor da sua paisagem, garantam a segurança das populações e bens, assegurem os serviços dos ecossistemas e a utilização sustentável e sustentada dos recursos naturais. Tudo isto em articulação com os cidadãos, com o poder autárquico e com a principal atividade económica da Região: **o turismo**.

Ao nível dos **recursos florestais**, para além do alargamento da **recuperação** das áreas devastadas por incêndios, vamos intensificar o trabalho **preventivo**, aumentar o armazenamento de água em zonas de elevado risco, incrementar as **ações de vigilância** através do Corpo de Polícia Florestal e implementar medidas que minimizem a **progressão da invasão de espécies exóticas**. Até porque sabemos que o ciclo fogo/erosão/exóticas/fogo urge ser quebrado, não só porque coloca em risco a paisagem, a floresta, a agricultura e a biodiversidade, mas também e, sobretudo, porque conduz a um risco acrescido de eventos catastróficos como os de Fevereiro de 2010.

Nesse sentido, é objetivo deste governo intensificar as medidas de **fitossanidade**, isto é, do controlo de entrada de novos elementos invasores, redobrar a sua monitorização e desenvolver medidas de irradicação.

Concomitantemente vamos apostar no controlo de erosão e conservação dos solos, tendo em conta a preservação do potencial de regeneração dos ecossistemas, bem como intensificar as medidas de **controlo de pastoreio desordenado** e adotar estratégias de limitação em áreas de elevado risco.

Nesta ótica de conservação e valorização da natureza, o governo defende o **aumento e diversificação de mais e melhores percursos pedestres**, que permitam atenuar a pressão de visitantes, hoje claramente exagerada em alguns dos trajetos mais procurados. Propõe também a adoção de **modelos sustentáveis de utilização**, aumentando a sua qualidade, segurança, informação disponibilizada e de infraestruturas básicas.

A tipicidade do nosso sistema de irrigação, **através de levadas**, é uma obra notável da história da relação dos madeirenses com a água, facto que lhes confere um valor excepcional e uma dimensão universal, fundamentados por características muito próprias. Face à sua importância e reconhecido valor patrimonial e cultural, o governo regional, dando voz a uma pretensão de todos os madeirenses, encontra-se a elaborar a Candidatura das Levadas a Património da Humanidade, a ser submetida em Agosto deste ano.

Por forma a melhor coordenar a implementação e rentabilização de todas estas medidas e das inúmeras variáveis subjacentes, o Governo Regional vai criar o **Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira**, estrutura aglutinadora de **gestão integrada da Paisagem, Floresta e Espaços Naturais** da Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens. Esta entidade permitirá que a Região possa recorrer a novos e indispensáveis recursos financeiros, disponíveis através dos fundos europeus para esta área, articulando de forma funcional com o Instituto Nacional de Conservação da Natureza e Florestas.

Quanto ao **ordenamento do território**, cabe ao Governo Regional a orientação, articulação e concertação com os Municípios, eles próprios gestores e executores de proximidade de políticas que têm de beneficiar a todos. Nesta perspetiva, temos de assentar este novo ciclo governativo no reforço da qualidade e na eficiência da gestão territorial, nomeadamente através da atualização dos planos territoriais (POTRAM e POOC).

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Desenvolvimento da Madeira e do Porto Santo passa, inevitavelmente, pela **valorização do seu mar**.

Considerando essa necessidade, de concretizar o potencial não só ambiental, mas social e económico do litoral, do mar territorial e Zona Económica Exclusiva associada, torna-se crucial assegurar uma estrutura de Governo Regional responsável pela definição e execução de uma política integrada neste domínio.

As **políticas a adotar, eminentemente intersectoriais**, deverão incidir em diversos domínios, procurando integrar de uma forma coerente e articulada temas tão diversos como o ordenamento e a jurisdição, a acessibilidade e a segurança, o turismo e o desporto, o conhecimento e a educação, a investigação e a inovação, a proteção, exploração e respetiva valorização de recursos, incluindo os existentes no mar profundo.

Os **recursos hídricos** assumem-se como um dos recursos naturais mais preciosos, exigindo da Madeira a aplicação de uma política regional capaz de garantir uma gestão adequada e sustentável da água.

Torna-se pois imprescindível **proteger** este recurso natural, assegurando o acompanhamento e fiscalização da sua utilização, de modo a garantir que essas utilizações não provocam alterações na sua qualidade, danos na saúde pública e que não comprometem a sua disponibilidade.

Nesse sentido, é nosso compromisso aumentar a eficiência dos sistemas de distribuição de água potável e regadio, através da **redução das perdas, insustentáveis**, para níveis aceitáveis.

No âmbito das águas residuais, o governo regional reforçará o trabalho realizado no sentido de satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos, através de um programa de reconversão e execução de sistemas de recolha, tratamento e destino final de águas residuais urbanas, garantindo padrões de qualidade compatíveis com as normas vigentes e preservando a qualidade ambiental dos meios naturais de recepção de efluentes.

Contudo, o executivo regional está consciente da grandiosidade da tarefa a que se propõe, não só pela complexidade da iniciativa que encerra a necessidade de envolver vários intervenientes, mas também pelos recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos.

É hoje inquestionável a existência de **alterações climáticas** a nível global. Para a região da Madeira, os cenários climáticos apontam para um aumento da temperatura média do ar e diminuição da precipitação média anual, com **consequências inevitáveis**, para os nossos **recursos naturais**, especialmente, os hídricos.

Assim, estamos empenhados na concretização da **Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas** através de diploma legal, mediante a aplicação e a realização das medidas de adaptação, estabelecidas no mesmo, de modo a minimizar os efeitos negativos desta realidade na Região.

O governo desenvolverá ações de sensibilização, informativas e formativas das boas práticas ambientais, que contribuam para a **Educação para o Desenvolvimento Sustentável** nos diferentes níveis da sociedade e, em particular, em todas as formas de ensino.

Daremos continuidade aos programas ambientais, como o Programa Eco-Escolas, Programa Jovens Repórteres para o Ambiente, Programa Chave Verde, que se configuram como programas de sucesso e nos quais somos orgulhosamente uma referência a nível nacional.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Esta Região foi toda ela construída sobre um sucessivo superar de obstáculos e dificuldades. Foi esta constante luta que permitiu moldar o carácter forte e corajoso que caracteriza o Madeirense e Portosantense. Fomos todos nós, desde sempre, geração após geração, que levámos a cabo a tarefa monumental da conquista da terra e da água, escrevendo uma verdadeira epopeia que só pode ser compreendida por quem seguir as nossas passadas.

Carregamos pois nos ombros uma enorme responsabilidade de estar à altura do legado histórico que nos foi transmitido, de representarmos todos aqueles que nos elegeram, de forma livre, democrática e transparente, distinguindo-nos pela força das ideias, pela robustez da argumentação e pelo alcance das propostas apresentadas.

Da parte da Secretaria que represento, teremos uma postura exigente e determinada na defesa do Ambiente e dos nossos Recursos Naturais, procurando conciliar desenvolvimento económico com a preservação do Património Natural da Região Autónoma da Madeira, não nos desviando dos nossos objectivos, sejam quais forem os interesses ou as formas de pressão.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Termino com um excerto do Diário de Miguel Torga:

“Funchal, 31 de Agosto de 1980 – Acabaram-se os sete dias de sortilégio. Antes de partir, encho os olhos até onde posso desta realidade geológica que tanto me faz lembrar o meu Doiro amado, pela graça suplementar, da cultura que foi acrescentada à beleza silvestre. Aqui como lá, a mão laboriosa soube humanizar a rude paisagem natural sem a desfigurar. O que era majestoso e belo de origem, ficou ainda mais majestoso e belo depois de granjeado.

“... é o milagre dos abismos povoados, das levas de água conduzidas, das grandes ravinas amanhadas que levo na retina maravilhada e agradecida à tenacidade epopeica de irmãos de sangue que transformaram, e continuam a transformar dia a dia, uma ilha de lava convulsionada num presépio de vida florido de esperança.”

Muito Obrigada